

ARRECADÇÃO MUNICIPAL BRASILEIRA REGIONALMENTE DISTRIBUÍDA: UMA ANÁLISE DURANTE O SEGUNDO GOVERNO LULA

Willian Gledson e Silva¹

RESUMO

Este artigo teve o objetivo de analisar, comparativamente, as finanças públicas municipais do Brasil distribuídas por suas regiões, a partir do comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) frente aos recursos gerados de modo próprio e aqueles provenientes das transferências, seja de origem estadual ou federal, no contexto institucional da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para tanto, empregou-se o método econométrico de dados em painel estático, cujo teste de Hausman apontou para a especificação com efeitos fixos a mais adequada para esta análise. Os dados selecionados foram obtidos junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De posse dos resultados alcançados, tornou-se possível expressar que os municípios brasileiros apresentaram significativa dependência em relação às transferências intergovernamentais, especialmente em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de que sua capacidade de geração de recursos próprios se revelou diminuta, corroborando com a literatura, durante o período do segundo Governo Lula (2007/2010).

PALAVRAS-CHAVE: Finanças públicas municipais brasileiras; Segundo Governo Lula; Modelo de Dados em Painel Estático.

ABSTRACT

This article aimed to analyze comparatively the municipal finances of Brazil distributed by their regions, from the behavior of Net Current Revenue (RCL) against revenues generated in their own way and those arising from transfers, either state or origin federal, in the institutional context of the Fiscal Responsibility Law (FRL). For this, we used the econometric method in static panel data, which Hausman pointed to the specification with fixed most appropriate for this analysis purposes. The selected data were obtained from the National Treasury Secretariat (STN). With the results achieved, it became possible to express the municipalities showed significant dependence on intergovernmental transfers, especially in relation to the Municipalities Participation Fund (FPM), as well as its ability to generate own resources proved Miniature, corroborating the literature during the period of the second Lula government (2007/2010).

Keywords: *Brazilian municipal public finance; Second Lula Administration; Static panel data model.*

1 INTRODUÇÃO

A Federação brasileira, a qual é composta por uma elevada variedade de entes das mais diversas naturezas, alcança tamanha complexidade graças a sua dimensão continental, quer dizer, o país apresenta um espaço fortemente diferenciado, cujos caracteres demarcam flagrantes assimetrias regionais, estabelecendo distintas necessidades provenientes da sociedade espalhada pelo Brasil.

Assim, o campo das finanças públicas desenha importantes aspectos capazes de influenciar os contornos espaciais antes ressaltados, isto é, por se tratar de uma nação territorialmente continental, torna-se factível que haja significativas distinções no Brasil, em outras palavras, nota-se uma diferenciação regional não negligenciável, com um padrão de dinamicidade econômica bastante evidente, demandando uma participação governamental mais contundente.

A literatura, por sua vez, vem se dedicando em estudar esses elementos na Federação brasileira, atentando para assimetria nos gastos públicos, papel das transferências intergovernamentais no financiamento das políticas públicas, relação da política fiscal e o crescimento econômico, em suma, várias agendas de pesquisa podem ser constatadas neste ambiente investigativo.

Com efeito, Silva Filho *et al.* (2010; 2011; 2013) e Silva *et al.* (2012) discutem tais aspectos no Nordeste brasileiro, ou seja, existe uma diferença entre regiões no país no que toca ao contexto das finanças públicas, mais precisamente, os municípios presentes nesse dado espaço se comportam distintamente, tanto em relação ao poder de arrecadação como na aplicação dos recursos via gastos, configurando um estabelecimento regional assimétrico.

Um par de outros aspectos repercute fortemente neste processo, um deles corresponde ao contexto descentralizador, o qual é analisado de maneira robusta por Afonso (2003), em que esse realiza uma recuperação teórica das várias abordagens da economia do setor público, demonstrando que os movimentos descentralizadores ampliam o ambiente fiscal de municípios, elevando recursos e competências, cujo reflexo corresponde ao aumento no poder decisório dos subníveis de governo.

O outro aspecto decorre do amparo institucional, isto é, as regras formais conforme define North (1993) se tratam de limites capazes de orientar e conduzir o sistema econômico ao chamado equilíbrio eficiente, referência central ao atual estudo, principalmente em tempos de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual é o plano institucional mais marcante das finanças públicas para a Federação brasileira.

Diante do exposto, o artigo se propõe a realizar uma análise sobre a arrecadação municipal do Brasil pelas regiões do país, a partir do comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) frente aos recursos gerados de modo próprio e aqueles provenientes das transferências, seja de origem estadual ou federal, no contexto institucional da LRF.

Ressalte-se que a hipótese a ser testada na pesquisa afirma que os municípios do país são dependentes das transferências intergovernamentais perante às receitas próprias, especialmente dos repasses de natureza federal. Entretanto, a assimetria regional ainda é significativa na Federação brasileira atualmente, quer dizer, as administrações municipais não têm conseguido reduzir a flagrante dependência das receitas provenientes do plano nacional, notadamente aquelas regiões menos desenvolvidas a exemplo do Nordeste, quando comparado até mesmo com aquelas de origem estadual.

As motivações quanto ao desenvolvimento do estudo se relacionam com fortes evidências presentes na literatura, tanto no plano teórico como empírico; além disso, por se tratar de uma linha de pesquisa em andamento e que já investigou regiões isoladamente, torna-se relevante sistematizar uma análise das transferências diante dos recursos próprios municipais, cujo período considerado trata do segundo Governo Lula (2007/2010).

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é analisar, comparativamente, as influências dos recursos municipais brasileiros, os quais se revelam de natureza própria ou via transferências (estaduais ou federais) na composição das Receitas Correntes Líquidas, tomando como referência os anos da segunda administração Lula. Metodologicamente, procura-se alcançar os objetivos do trabalho através do modelo de dados em painel, o qual vai ser descrito convenientemente em uma seção postada a seguir no artigo.

Finalmente, o estudo se encontra dividido em mais quatro itens além da introdução. Na sequência, discutem-se os principais elementos do estado da arte presente no trabalho; a seguir, descrevem-se os procedimentos metodológicos centrais do artigo; a seguinte seção

analisa o que foi atingido na investigação, reservando-se na última parte algumas considerações finais e as recomendações para futuros trabalhos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Este item tem o objetivo de evidenciar, sumariamente, alguns elementos presentes na literatura e que são centrais a discussão em desenvolvimento. Logo, apresentam-se os aspectos sobre o federalismo e descentralismo fiscais, problematizando-os a partir do amparo institucional da LRF, na tentativa de mostrar tal relação, tão relevante ao presente estudo.

Com efeito, uma Federação como é o caso do Brasil revela alguns aspectos importantes, a exemplo da partilha do poder decisório, dos recursos gerados via tributação, enfim, elementos que demarcam uma distribuição federativa da administração pública, constitucionalmente definida, contrariamente a ideia de Estado unitário, no qual não há repartição do poder. Assim, essa estrutura político-administrativa ganha notoriedade na literatura a partir de quais pontos?

Afonso, (2003) recupera diversos conceitos das finanças públicas, em que um dos elementos chave e que sustenta a atual discussão trata do descentralismo fiscal, cujo fundamento se refere a uma ampliação da liberdade fiscal das unidades subnacionais do país, aumentando a participação na distribuição dos recursos e, principalmente, na aplicação dos mesmos via gastos, institucionalizados pela Constituição Federal (CF) de 1988.

Nesse sentido, Silva Filho *et al.* (2010; 2011; 2013), Silva *et al.* (2012) realizam estudos empíricos que problematizam a ideia de descentralização, pois atestam haver uma dependência bastante significativa dos municípios, notadamente nordestinos, quanto aos recursos originários de instâncias governamentais de maior abrangência.

Esses resultados apresentam uma convergência teórica desenvolvida por Afonso (2003) e as evidências empíricas trazidas pelos trabalhos de Silva Filho *et al.* (2010; 2011;

2013), de maneira que se pode afirmar uma certa dependência municipal em algumas regiões brasileiras em demandar repasses intergovernamentais.

Uma vez delimitado tais aspectos, a literatura vem se empenhando em refletir sobre o peso das transferências intergovernamentais na composição das receitas municipais, já que as demandas sociais exigem dos gestores um volume de recursos bastante expressivo e, notadamente transparente, para que haja gastos públicos mais eficientes, conforme Silva (2009).

De fato, a discussão até então realizada procura suscitar um melhor entendimento do objeto de estudo, isto é, no Brasil os pequenos municípios convivem com uma reduzida dinamicidade econômica, cujo mercado desses entes federativos é pouco desenvolvido e a sustentação de suas economias se dá através da intervenção do setor público.

Os comentários anteriores demonstram uma inclinação significativa municipal brasileira em aquecer suas economias via contratação de funcionários públicos, de acordo com Maia Gomes e Mac Dowell (1995; 2000), cujos autores apontam haver uma elevada quantidade de trabalhadores improdutivos, além de uma articulação política bastante forte, a qual conduz a uma interação bastante significativa entre os agentes, na tentativa de alcançar os interesses desses grupos.

Diante disso, um conceito se apresenta como relevante e reforça a compreensão anterior, a saber: as chamadas instituições informais. North (1993), por sua vez, define esse conjunto de instituições em sendo os valores, costumes, cultura de uma dada sociedade, historicamente consolidadas, constituindo-se em uma característica bastante presente na gestão pública brasileira, corroborando com Maia Gomes e Mac Dowell (1995; 2000).

Esse movimento institucional informal se torna ainda mais contundente a partir da CF de 1988, pois o enfatizado instrumento legal ampliou, naquele momento, a criação de novos municípios, economicamente pequenos, aumentando as despesas governamentais da União com repasses aos entes municipais, proliferando tais instâncias de governo subnacionais, que surgem fundamentalmente por questões meramente políticas.

Recuperando Oliveira (1981), a região Nordeste apresenta algumas especificidades históricas, de modo que grupos de interesses, notadamente as chamadas oligarquias locais,

passam a propor a criação de novos municípios, garantindo a conservação do poder distribuído por determinados grupos na região, cuja sustentabilidade econômica decorre dos repasses intergovernamentais, tornando bastante dispendioso para o país tal prática.

De posse desses argumentos, pode-se considerar, a partir das instituições informais discutidas por North (1993), que os entes federativos brasileiros são inclinados a produzir articulações políticas capazes de expandir o número de municípios economicamente pequenos, financiados, em alguns casos, quase que integralmente pelos repasses intergovernamentais, cuja capacidade de arrecadação própria é significativamente reduzida.

É nesse contexto que surge a Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual se trata de um conjunto de regras formais com o poder de regulamentar as finanças públicas brasileiras, na tentativa de impor limites consistentes para a gestão governamental das diversas instâncias da Federação, restringindo o comprometimento com pessoal, reduzindo a prática da renúncia fiscal, ampliando a transparência nas contas públicas, dentre outros aspectos relevantes, conforme mostra Silva (2009).

A questão central deste artigo corresponde a uma análise do comportamento das receitas municipais do Brasil, confrontando o arrecadado de modo próprio e as receitas originárias das transferências. Assim, a literatura até então apresentada aponta a existência de um sistema federativo, o qual é descentralizado e, através de instituições informais demanda a emergência da LRF.

De fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal se configura como um importante instrumento de ordenação das finanças públicas brasileiras, embora, os prováveis efeitos sejam assimétricos entre as regiões do país, isto é, como é flagrante a diferença de dinamismo econômico, sendo inclusive uma prerrogativa constitucional, de acordo com Silva (2009), há uma tendência atual de diferenciações comportamentais dos municípios da enfatizada Federação.

Após o desenvolvimento desta discussão, a qual permite que se evidencia vários aspectos relevantes, uma constatação central decorre da possível assimetria regional brasileira entorno da arrecadação municipal, notadamente pela herança herdada através do contexto desfavorável do pós-1988, em que a CF permitiu a proliferação municipal, conforme já ressaltado anteriormente.

Com efeito, as regras formais constantes na LRF foram cruciais à adequação das contas públicas no país, deixando uma marca restritiva e punitiva, aos eventuais transgressores, a partir de Luque e Silva (2004) e Giuberti (2005). Logo, esses pontos trouxeram importantes subsídios ao estudo, uma vez que tais elementos possibilitam compreender, mais convenientemente, o proposto nessas páginas.

Afinal, o percurso até então realizado requer uma construção metodológica para a aferição dos resultados esperados na pesquisa, de maneira que a seguir se pretende detalhar os procedimentos centrais do artigo, estabelecendo o caminho propício ao alcance daquilo que se encontra expresso na hipótese do trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem por escopo discorrer sobre os procedimentos metodológicos a serem empregados no trabalho, com o intuito de atingir o objetivo almejado. Para tanto, se faz necessário apresentar alguns aspectos importantes relacionados à estratégia metodológica e ao método econométrico escolhido por ocasião da pesquisa em desenvolvimento.

3.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E BASE DE DADOS

Este artigo apresenta como estratégia metodológica o modelo econométrico de dados em painel estático, a fim de examinar o comportamento da Receita Corrente Líquida dos municípios brasileiros no transcurso de 2007 a 2010 (segundo Governo Lula), na tentativa de estabelecer uma comparação entre as regiões brasileiras. Porém antes de apresentar o método econométrico adotado, é imprescindível descrever as fontes e o tratamento dos dados, tendo em vista a obtenção de estimativas consistentes.

Nesse sentido, para a execução do modelo econométrico proposto, serão empregados dados de origem secundária. A fonte de informações corresponde à base de dados do

Ministério da Fazenda denominado “finanças do Brasil” (FINBRA), o referido banco de dados, criado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), disponibiliza informações contábeis alusivas às finanças dos municípios brasileiros.

Com efeito, serão coletados dados referentes aos recursos auferidos pelos entes municipais, a saber: Receita Corrente Líquida (RCL), receita tributária, transferências intergovernamentais que se expressam no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de natureza federal e Imposta sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de origem estadual, para o período de 2007 a 2010.

No entanto, a cobertura do FINBRA não é completa, tendo em vista a omissão de informações fiscais de alguns municípios junto à secretaria do tesouro nacional. Assim, será utilizado o método do descarte, a fim de eliminar os municípios que omitiram informações fiscais na série temporal selecionada no estudo.

É importante destacar que por tratarem-se de variáveis monetárias, as mesmas serão deflacionadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), o qual é fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano base 2010.

3.2 MODELO ECONOMÉTRICO DE DADOS EM PAINEL

O objetivo desta seção é demonstrar o método de análise para examinar a RCL dos municípios brasileiros durante os anos de 2007 a 2010, reservando-se a esse fim a apresentação sumária do modelo de dados em painel estático. A referida técnica tem como característica fundamental, a combinação de dados de corte transversal (*cross-section*) e séries temporais (GUJARATI; PORTER 2011). Neste sentido, a mesma unidade de corte transversal é observada ao longo do tempo. Diante disso, o modelo geral para dados em painel assume a especificação abaixo (GREENE 2003):

$$y_{it} = X_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad i = 1, 2, \dots, i; t = 1, 2, \dots, t(1)$$

Onde y_{it} representa a variável dependente para a unidade i no período t ; X_{it} é um vetor $1 \times k$ contendo as variáveis explicativas, β é um vetor $K \times 1$ de parâmetros a serem estimados e ε_{it} é o componente de erro estocásticos para a unidade i no período t . Os sub-índices i e t denotam respectivamente as diferentes unidades observadas e o período de tempo que está sendo analisado.

A modelagem de dados em painel apresenta inúmeras vantagens em relação aos dados de corte transversal (*cross section*) e séries temporais, dentre essas é possível expressar: aumento do número de observações, possibilitando maior grau de liberdade e estimativas mais eficientes, assim como, reduz a colinearidade entre as variáveis explicativas. Além disso, permite estudos econômicos mais complexos que seriam inviáveis utilizando tão somente, dados em séries temporais ou em *cross section*.

Entretanto, apesar de apresentar inúmeras vantagens, os dados em painel originam problemas quanto à estimação e a inferência, uma vez que esses têm como característica fundamental a combinação de dados de corte e série temporal, assim os problemas decorrentes desses tipos de dados como heterocedasticidade e autocorrelação precisam ser enfrentados, para tanto há várias técnicas de estimação voltadas a mais desses problemas, destacando-se as estimações de modelos com efeitos fixos ou aleatórios (GUJARATI; PORTER 2011).

No modelo de efeitos fixos, os coeficientes angulares β_{nit} são análogos para todas as unidades, com exceção do intercepto β_0 , o qual é específico a cada unidade, mas permanece constante ao longo do tempo. Diante disto, o modelo com efeitos fixos pretende controlar os efeitos das variáveis omitidas do modelo que variam entre indivíduos e permanecem invariantes ao longo do tempo.

De fato, o intercepto captará todas as diferenças de comportamentos entre os indivíduos, ou seja, esse reterá todos os efeitos das variáveis omitidas no modelo. A especificação de efeitos fixos é mais adequada quando se tem observações de toda a população em análise e o que se deseja realizar são inferências para os indivíduos dos quais se dispõe de dados.

Os modelos de efeitos aleatórios, por sua vez, conservam as mesmas suposições dos efeitos fixos. A distinção entre eles se refere ao tratamento do intercepto, que no modelo de

efeitos aleatórios é tratado como variável aleatória, e, portanto não é correlacionado com os regressores. Na especificação aleatória, o intercepto β_0 representa o valor médio de todos os interceptos individuais (de corte transversal) e o elemento de erro ε_i representa o desvio configurando-se os chamados efeitos aleatórios.

Wooldridge (2002) aponta que o principal determinante para decidir entre as especificações de efeitos fixos e aleatórios é o efeito não observado. Neste sentido, caso o efeito não-observado seja correlacionado com pelo menos uma das variáveis explicativas, o modelo de efeitos fixos é o mais indicado. Por outro lado, caso o efeito não-observado não seja correlacionada com as variáveis explicativas, a especificação aleatória é a mais adequada. Diante disso, Gujarati; Porter (2011) sugere o teste de Hausman, com a finalidade de auxiliar na escolha entre modelo de efeitos fixos e aleatórios. O referido teste baseia-se nas diferenças das estimativas de efeito fixo e aleatório. Neste sentido, a hipótese nula, supõe que os parâmetros estimados pelas duas especificações não se diferenciam significativamente. Caso a hipótese nula seja rejeitada é preferível o emprego do modelo com efeitos fixos. Diante disso, o teste de Hausman é apresentado da seguinte forma:

$$\beta_f - \beta_a \quad ^2$$

$$H =$$

Onde: β_f é o estimador de efeitos fixos e β_a é o estimador de efeitos aleatórios. O teste de Hausman possui distribuição assintótica X^2 (qui-quadrado) com k-1 graus de liberdade.

Diante disso, e com o intuito de atingir o objetivo almejado, o modelo empírico a ser estimado assume a forma abaixo:

$$Rcl_{it} = \beta_0 + \beta_1 Rt_{it} + \beta_2 FPM_{it} + \beta_5 ICMS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde, Rcl_{it} representa a receita corrente líquida do município i no instante t , sendo est/a a variável dependente do modelo; Rt_{it} representa a receita tributária auferida pelo município i no instante t ; FPM_{it} é a cota do fundo de participação dos municípios recebida pelo município i no instante t ; $ICMS_{it}$ é a cota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços recebida pelo município i no instante t . A forma funcional (*dublo-log*) empregada possui a vantagem de fornecer as elasticidades da receita líquida corrente em relação às variáveis independentes abordadas no presente trabalho.

A forma funcional (*dublo-log*) adotada possui a vantagem de fornecer as elasticidades da receita líquida corrente em relação às variáveis independentes abordadas no presente trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL BRASILEIRA POR REGIÃO

Após a exposição dos procedimentos metodológicos empregados, a presente seção tem por finalidade analisar e discutir os resultados obtidos por meio da estimação do modelo econométrico proposto. Diante disso, pretende-se interpretar esses resultados à luz dos fundamentos teóricos antes apresentados no trabalho.

A priori, buscou-se identificar a especificação mais adequada para a aplicação do modelo de dados em painel estático, tal escolha ocorreu por meio do teste de Hausman, o qual indicou ser a especificação com efeitos fixos a mais adequada para o modelo em análise.

Antes de iniciar a análise econômica dos modelos estimados é necessário apresentar os resultados das inferências estatísticas que viabilizaram a análise dos resultados. A princípio, verificou-se que individualmente todos os coeficientes estimados são estatisticamente significativos, segundo a estatística t , no que se refere à significância global (estatística f) do modelo, por sua vez, o mesmo se mostra significativo, assim, todos os parâmetros são estatisticamente significativos em relação à variável dependente. Além disso, o R^2 para todas as regiões em estudo se mostrou bastante elevado, demonstrando haver um bom ajuste da reta de regressão aos dados empregados.

Nesse sentido, para examinar o comportamento da Receita Corrente Líquida dos municípios brasileiros no período de 2007 a 2010, estimou-se modelos de efeitos fixos para os municípios das 5 regiões brasileiras e para o conjunto municipal do país, conforme expressa na Tabela 1.

TABELA 1: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do Brasil 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	-1,643*** (-4,64)	0,837*** (17,7)
Receita tributaria	0,1931*** (82,6)	0,1970*** (89,5)
Cota FPM	0,5047*** (121,9)	0,5803*** (151,7)
Cota ICMS	0,3265*** (121,0)	0,2769*** (115,9)
R ²	0,89	0,80
Estatística F	375,684***	803,451***
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	3314,58	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

Tomando os resultados obtidos a partir do estimador de efeitos fixos, percebe-se que para o conjunto dos municípios brasileiros, o FPM e o ICMS possuíram relevante participação na determinação da RCL dos municípios brasileiros, em que a elevação de um ponto percentual nas referidas transferências proporciona respectivamente um acréscimo na RCL da

ordem de 0,50% e 0,32%, reservando-se como contribuição da receita tributária na Receita Corrente Líquida municipais, a magnitude de 0,19%.

Já na tabela 2, a qual expressa para os municípios nordestinos os resultados do modelo considerado, esses demonstram um comportamento similar ao conjunto dos municípios brasileiros, no qual o FPM e a cota-parte do ICMS apresentam relevância em relação à receita tributária na determinação da RCL dos municípios nordestinos. Todavia, observa-se que nesta Região a participação do FPM é superior ao valor nacional, onde uma elevação de um ponto percentual desse ocasiona um acréscimo de 0,60% na receita corrente líquida dos municípios nordestinos no período analisado.

No que tange a receita advinda de tributos municipais (receita tributária), observa-se que a mesma apresenta pequena participação na determinação da RCL dos municípios nordestinos, sendo que uma elevação de um ponto percentual na receita tributária produz um acréscimo de 0,18% na RCL dos entes municipais do Nordeste.

TABELA 2: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do nordeste 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	0,400*** (46,1)	1,207*** (14,6)
Receita tributaria	0,1843*** (41,6)	0,1854*** (47,7)
Cota FPM	0,6057*** (65,7)	0,6659*** (85,9)
Cota ICMS	0,2057*** (40,3)	0,1787*** (42,4)
R ²	0,88	0,79
Estatística F	238,991***	149,292***
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	165,778	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

No tocante a tabela 3, essa apresenta os resultados para os municípios do norte, de maneira que o conjunto dos municípios do norte do Brasil exhibe comportamento dependente em relação às principais transferências intergovernamentais (FPM e ICMS), visto que a elevação de um ponto percentual nesses repasses provocam respectivamente um acréscimo de 0,57% e 0,30% na RCL dos municípios do Norte, a receita de impostos locais, por sua vez, demonstra uma pequena participação na determinação da receita corrente líquida entorno de 0,12%.

TABELA 3: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do norte 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	0,50756*** (5,32)	0,9329*** (4,94)
Receita tributaria	0,1275*** (16,8)	0,1363*** (20,3)
Cota FPM	0,5750*** (23,4)	0,6008*** (33,6)
Cota ICMS	0,3015*** (18,4)	0,3078** (28,6)
R ²	0,90	0,82
Estatística F	561,67***	148,546**
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	12,5825	0,005

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

Já os municípios localizados no Sudeste do País, cujos resultados se encontram ilustrados na Tabela 4, assim como os demais, apresentam o FPM e o ICMS como principais componentes de sua RCL, de modo que o acréscimo de um ponto percentual nesses repasses ocasiona respectivamente elevações da ordem de 0,64% e 0,31%, reservando-se a receita tributária uma influência da magnitude de 0,16% sobre a Receita Corrente Líquida.

TABELA 4: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do sudeste 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	2,210*** (18,6)	-1,089*** (-13,0)
Receita tributaria	0,1628*** (42,5)	0,1659*** (48,3)
Cota FPM	0,6758*** (81,7)	0,6746*** (92,8)
Cota ICMS	0,3184*** (66,8)	0,3302*** (79,7)
R ²	0,92	0,83
Estatística F	711,55***	226,897***
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	122,514	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

Por sua vez, o desempenho dos municípios da Região Sul é semelhante ao conjunto dos entes municipais do país, conforme apontado na Tabela 5. Isto é, a RCL mostra-se bastante sensível a variações nas principais transferências intergovernamentais. Logo, um acréscimo de um ponto percentual no FPM e no ICMS respectivamente, produzem um incremento da ordem de 0,67% e 0,28%, já a receita tributária afeta a RCL na proporção de 0,18%.

TABELA 5: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do sul 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	0,5722*** (3,89)	-0,7229*** (-8,47)
Receita tributaria	0,1829*** (48,3)	0,1911*** (57,2)
Cota FPM	0,6737*** (71,5)	0,6833*** (84,2)
Cota ICMS	0,2820*** (48,4)	0,2714*** (55,6)
R ²	0,91	0,79
Estatística F	444,079***	119,370***
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	36,4652	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

Finalmente, os municípios do Centro Oeste, semelhantemente as demais regiões do país, de acordo com a Tabela 6, exibem uma dependência em relação às transferências intergovernamentais. No entanto, evidencia-se que a RCL dos entes municipais localizados no centro oeste apresenta a menor sensibilidade a variações no FPM, quando comparados ao

restante do Brasil, visto que uma elevação de um ponto percentual no FPM ocasiona um incremento de 0,37% na RCL.

No que diz respeito ao ICMS, nota-se que essa transferência provoca acréscimos na RCL na ordem de 0,36%, revelando uma significativa proximidade com o verificado no FPM. Contudo, a receita tributária segue comportamento análogo ao evidenciado aos demais municípios brasileiros, provocando um acréscimo de 0,14% na RCL.

TABELA 6: Resultado do modelo de dados em painel estático com efeito fixo (*duplo-log*) para a receita corrente líquida dos municípios do centro oeste 2007 a 2010

Variáveis explicativas	Técnica de estimação	
	Efeito fixo	Efeito Aleatório
Intercepto	0,8082*** (6,20)	1,488*** (18,9)
Receita tributaria	0,1418*** (18,5)	0,1708*** (24,4)
Cota FPM	0,3774*** (39,9)	0,4260*** (54,9)
Cota ICMS	0,3695** (43,7)	0,4104*** (62,1)
R ²	0,90	0,88
Estatística F	547,75***	380,219***
Hausman Test	Chi-Sq. Statistic	Prob.
Cross-section random	110,469	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa. **Nota:** Coeficientes significativos a 10% (*), a 5% (**) e a 1% (***). A estatística t em parêntese.

Em suma, de posse dos resultados alcançados no trabalho, torna-se factível expressar que os municípios brasileiros se apresentaram bastante dependentes do FPM, além de que sua capacidade de geração de recursos próprios se revelou diminuta, conforme previsto na literatura, permitindo assim que a hipótese deste artigo fosse aceita, isto é, os entes municipais brasileiros distribuídos pelas diversas regiões apresentaram comportamento semelhante do ponto de vista do perfil de sua composição de arrecadação, mais inclinado a uma dependência quanto aos repasses intergovernamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o percurso desenvolvido no artigo, o qual teve como objetivo analisar a influência das receitas geradas de modo próprio e as originárias dos repasses estaduais e federais em relação à RCL, alcançou-se alguns resultados relevantes, de modo que regionalmente, o Brasil descreveu entorno de seus municípios uma flagrante dependência das transferências intergovernamentais.

Com efeito, o FPM se constituiu na principal fonte dos recursos municipais do Brasil, sendo consistente com o apontado na literatura. Além disso, o ICMS, repasse de natureza estadual, seguiu a mesma trajetória, isto é, os entes municipais se apresentaram como dependentes desses recursos, deixando para a receita tributária a menor participação na RCL nas regiões em sua íntegra.

Assim, esses resultados demonstraram que apesar de no país existirem entes municipais significativamente pequenos em termos econômicos convivendo com municípios bastante representativos na economia nacional, observou-se uma contundente presença dos repasses na composição das receitas das enfatizadas instâncias de governo, entretanto, os contornos de diferenciação regional se revelaram como uma evidência importante vislumbrada no trabalho.

Finalmente, uma última constatação foi decorrente do período de análise, quer dizer, o segundo Governo Lula tinha o objetivo de fomentar o crescimento econômico via participação mais efetiva do setor público, cuja possível consequência poderia ser a redução tendencial nas diferenças regionais expressa na diminuição paulatina da dependência dos repasses aos municípios, fato esse não evidenciado neste trabalho.

Portanto, ao final deste estudo, uma constatação não negligenciável foi a desconsideração de elementos de dinâmica econômica a exemplo do PIB; além disso, a mensuração das variáveis do trabalho por habitante se apresenta como importante, de maneira que uma última questão a ser sugerida pode decorrer da utilização do chamado modelo de dados em painel dinâmico, na tentativa de tornar mais robusta pesquisas dessas proporções.

6 REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. de B. A. **O Federalismo e as Teorias Hegemônicas da Economia do Setor Público na Segunda Metade do Século XX: Um Balanço Crítico.** Tese (Doutorado). Campinas, Instituto de Economia. Unicamp, 2003.

GIUBERTI, A. C. Lei de Responsabilidade Fiscal: Efeitos sobre o Gasto com Pessoal dos Municípios Brasileiros. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia. Natal: ANPEC**, 06-09 dez 2005.

GREENE, W. H. **Econometric analysis.** 5 ed. Pearson Education, Inc. New Jersey: 2003.

GUJARATI, D. N; PORTER, D. C. **Econometria Básica.** Tradução da 5ª edição. Porto Alegre: AMGH. 2011.

LUQUE, C. A.; SILVA, V. M. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas do Governo à Brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº3 (95), 2004.

MAIA GOMES, G; MAC DOWELL, M. C. Os Elos Frágeis da Descentralização: Observações Sobre as Finanças dos Municípios Brasileiros. In: **Seminário Internacional Sobre Federalismo e Governos Locais**, La Plata. Anais. Argentina, 1995.

_____. **Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é Mau para o Econômico nem Sempre é Bom para o Social.** IPEA. Brasília. 2000.

NORTH, D. C. **Insituciones, cambio institucional y desempeno econômico.** México: Fondo de cultura Económica. 1993.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma religião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL- STN. Dados contábeis dos municípios. Disponível em: <<http://www.stn.gov.br>>. Acesso em: 04 Abr. 2014.

SILVA, W. G. **Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira: uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Dissertação de Mestrado em Economia. Natal, UFRN, 2009.

SILVA FILHO, L. A; QUEIROZ, S. N; SILVA, W. G. SILVA, A. O. F. Receitas Correntes em Municípios Cearenses: Autonomia ou Dependência? **Revista Controle**, Nº 1, vol. VIII setembro de 2010.

SILVA, S. C. DA; SILVA, W. G; FIGUEIREDO, J. S. Dinâmica espacial da capacidade financeira municipal: as mesorregiões potiguares no ano de 2008. **Revista Geonordeste**. N. 1, ano 23, 2012.

SILVA FILHO, L. A; SILVA, W. G; QUEIROZ, S. N; PEREIRA, J. M. P. D. Despesas municipais no Nordeste brasileiro: avaliação no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal: 2002/2009. **XIX Congresso da APDR**. Braga: Portugal; 20-22 jun. 2013. SILVA FILHO, L.

A; SILVA, W. G; SILVA, A. O. F. e; SILVA, Y. C. L. Considerações sobre receitas municipais em estados do Nordeste: comparação entre Bahia, Ceará e Piauí – 2007. **Revista Econômica do Nordeste**. vol. 42, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2002.